

TRAMA, URDIDURA E REGULAÇÃO: UM INSTRUMENTO PARA AS CIÊNCIAS SOCIAIS*

Alain Lipietz**

RESUMO

*Este trabalho procura fazer um balanço subjetivo de reflexões teóricas e de práticas pedagógicas que se servem da noção de "regulação". Depois de ressituar essa problemática no contexto intelectual francês dos últimos vinte anos, a regulação é apresentada, inicialmente, em referência aos conceitos de contradição e de crise, a partir de um exemplo literário (o relacionamento amoroso em **O Misanthropo**). Em seguida, a mesma discussão é proposta por intermédio do exemplo da acumulação capitalista e da produção social de espaços.*

Na França, as modas mudam. A bainha das saias sobe ou desce abaixo dos joelhos, a das calças se alarga como pata de elefante ou se estreita ao redor dos tornozelos. O mesmo acontece com as ciências sociais. Na época das minissaias e das patas de elefante, no fim da década de 60, reinava o estruturalismo. As ações, as antecipações dos agentes eram apenas o reflexo das exigências da reprodução de estruturas sociais. Nos anos 80, a moda do trajar tornou-se mais estrita e a metodologia social mais individualista (o que prova a relativa autonomia do sistema da moda). O individualismo metodológico impôs a idéia de que as estruturas eram apenas o efeito de composição dos projetos e das práticas dos agentes "racionalistas".

A derrocada da hegemonia estruturalista, em meados dos anos 70, não acarretou no entanto a consolidação de uma "corrente predominante individualista metodológica". Prenhez de uma velha tradição keynesiana e durkheimiana? A França intelectual não se atirou de corpo e alma no modelo importado — acompanhado de tudo o que isso supõe — dos países anglo-saxões pelos "novos economistas", "novos sociólogos" etc... Ela definiu. Permaneceram vivas, acho eu, embora dominadas pelo ruído de fundo individualista, correntes heterodoxas que desde cedo haviam guardado certa distância em relação aos excessos do estruturalismo. Essas correntes procuraram reintroduzir, no mun-

* Tradução de Estela dos Santos Abreu. Comunicação apresentada no "Colloque International sur la Théorie de la Régulation". Barcelona, 16-17 de junho de 1988.

** Economista, pesquisador do CEPREMAP, PARIS.

do das "estruturas sem agente", o fermento de instabilidade e de mudança que o possível desvio dos indivíduos ou dos subgrupos sociais representa, sem com isso cair num mundo de "agentes sem estrutura".

As abordagens econômicas em termos de "regimes de acumulação" e de "modo de regulação" decorrem dessa preocupação. O que se reteve desses trabalhos foram principalmente os resultados: análise do fordismo e de sua crise. Desejo aqui, enquanto "informador indígena", deter-me na pesquisa intelectual interessada em ultrapassar a estéril oposição "estruturalismo/individualismo". Tal contribuição será, portanto, deliberadamente subjetiva: uma espécie de introspecção, que não compromete os múltiplos pesquisadores que, como eu, contribuam para essa corrente de reflexões.

Será tanto mais subjetiva por apoiar-se não somente numa experiência de pesquisa, mas também numa atividade pedagógica. Quando preparávamos um projeto de curta-metragem sobre a regulação (Lipietz, 1987), o realizador pediu que eu reproduzisse na frente dele as imagens que costumo rabiscar no papel quando estou pensando, ou as que faço na lousa quando estou explicando algo. De acordo com a experiência desse cineasta, entende-se assim muito melhor o pensamento de uma pessoa do que numa explanação, por mais didática que seja. Percebi então a importância paradigmática que inconscientemente eu atribua a uma metáfora ocasional, utilizada em termos literários no relatório do CEPREMAP (1977): a da tecedura, da trama, da urdidura e dos cadilhos (às vezes substituída pela metáfora dos filetes de água por entre os pilares de uma ponte). Percebi que essa metáfora já estava latente em minha reflexão anterior sobre "a produção concorrencial e monopolista de espaço" (Lipietz, 1975). O modo como eu a usava no tratamento da relação "regime de acumulação/valores em processo" não era de fato muito diferente das discussões sobre a "mão invisível" de Adam Smith. Geógrafos como Hagerstand (1970) também haviam recorrido a isso, e ela tinha pontos comuns com o modo como certos sociólogos, como Pierre Bourdieu ou Anthony Giddens, procuravam romper o dilema "estruturas/agentes". No fundo, ela remetia a uma reflexão que eu havia travado há muito (Lipietz e Rouillault, 1972; Lipietz, 1973) sobre a natureza da realidade humana enquanto "sujeito objetivo" (Kosi, 1968). Abordagem dialética que remonta evidentemente a Spinoza (natureza naturante e natureza naturada) e mesmo até Heráclito, passando, é claro, por Karl Marx.

É a fecundidade dessa metáfora que eu gostaria de aqui apresentar de forma bem livre e subjetiva, isto é, sem grande aparato crítico. Muitos pesquisadores nela vão reconhecer, espero, seus próprios esquemas interiores e identificar sem dificuldade a presença dessa metáfora em vários autores.

Começarei por uma breve apresentação da atmosfera cultural na qual se desenvolveram as abordagens em termos de regulação. Depois, tratarei num nível "profundo" da representação "trama/urdidura". Enfim, apresentarei dois exemplos, um econômico e outro geográfico, de aplicação.

A regulação tem sua hora

Quando, em 1975-1976, Michel Aglietta organizou a discussão de sua tese (1974) durante um longo seminário que iria inspirar os estudos de uma equi-

pe do CEPREMAP (1977), a situação era, num domínio limitado mas importante da pesquisa francesa em ciências sociais, caracterizada pela dominação bem como pelo esgotamento de um estruturalismo-marxismo iniciado pela escola de Louis Althusser. É possível fazer o seguinte resumo de suas teses fundamentais (1):

A. A realidade social é um tecido, uma articulação de relações relativamente autônomas e específicas, que se sobredeterminam umas às outras (mesmo se algumas são mais fundamentais que outras): um < todo sempre previamente dado, sobredeterminado, com predominância > .

B. Cada uma dessas relações sociais se reproduz como resultado pela ação de seus "portadores" ("a estrutura existe como resultado") mas colocando os portadores em condições de reproduzi-la, independentemente da subjetividade deles. Jacques Rancière, que desde então mudou seu posicionamento, chegou a dizer, em **Ler o Capital**: "O fato de ser mistificado é o atributo essencial da função de sujeito".

A essas teses metodológicas fundamentais, a escola de Althusser associava, de modo mais ou menos contingente ou derivado, duas teses importantes para os economistas:

C. As próprias "forças produtivas" são a materialização de relações sociais de produção (tema desenvolvido por E. Balibar e C. Bettelheim).

D. O caráter contraditório das relações de troca é superficial e secundário (tema enfaticamente afirmado por Althusser e desenvolvido por Balibar).

Da fecundidade da tese A, não trataremos aqui. Ela protegeu a reflexão marxista francesa quanto às miragens da "totalidade expressiva", em que a política, a ideologia, a moda seriam o "reflexo" das estruturas econômicas fundamentais. O funcionalismo generalizado que se depreende, por exemplo, das abordagens alemãs "Kapitalogik" ficou relegado ao departamento dos acessórios da agitação-propaganda.

Também não trataremos da fecundidade da tese C, que tem pontos comuns com as dos "obreiristas" italianos, as dos "radicais" anglo-saxões e as dos "radicais" chineses. Rompendo com o determinismo tecnológico estaliniano, que é mais próximo da ideologia burguesa do século XIX do que do próprio Marx (apesar das ambigüidades de seu Prefácio de 1859 para a **Contribuição à Crítica da Economia Política**), ela está subjacente em todos os nossos trabalhos sobre a organização tayloriana do trabalho, sua crise e superação.

Em contrapartida, a tese B e a tese D, que no fundo é seu corolário e ilustração, constituem a "má vertente" do althusserianismo, o que o faz participar da hegemonia estruturalista de sua época que, de Claude Lévi-Strauss a Jacques Lacan, tentava cercar em todo lugar o "sujeito" e sua autonomia, sem dúvida como reação à moda precedente, o existencialismo e a filosofia da práxis. Ora, o individualismo, o subjetivismo do "capitão de indústria" por exemplo, acha sua primeira ilustração (e talvez seu determinante econômico) na existência de relações mercantis, na autonomia dos "trabalhos particulares, executados independentemente uns dos outros" e que procuram uma posterior validação social (capítulo I do **Capital!**). Jogando sobre o capítulo I o manto de Noé, Althusser censurava ao mesmo tempo o sujeito, a contradição e a relação mercantil. Desenvolvendo essa idéia, Etienne Balibar chegava à negação da exis-

tência de contradição estrutural na origem das crises: a estrutura tem vocação para perseverar no seu ser.

Daf até chegar a pensar que “tudo é feito para isso”, só falta um passo: o funcionalismo. Foi o que E. Terray (1977) explicou muito bem: <<Com frequência, foi reintroduzido, com a ajuda de considerações sobre a reprodução, todo o arsenal ultrapassado das interpretações funcionalistas: a reprodução é concebida como uma causa final da qual procede o conjunto das estruturas e das instituições analisadas (...). Para evitar esse engano, convém primeiro lembrar que a reprodução não poderia ser um objetivo: apenas um sujeito. Convém lembrar principalmente que o que é reproduzido é precisamente e antes de tudo uma contradição (...). Assim, colocar-se na perspectiva da reprodução é, no fundo, compreender como o próprio ciclo da produção e da distribuição aproxima constantemente os dois termos dessa contradição que é a relação de produção fundamental: dominantes e dominados, exploradores e explorados; como os primeiros tentam enfrentar as crises através das quais esta contradição poderia ser ultrapassada ou resolvida, e como os outros, ao contrário, obstinam-se, de forma mais ou menos consciente, em eliminar ou em fugir dessa contradição. A reprodução como um todo é ao mesmo tempo o desafio e o resultado desse confronto>>.

Retrospectivamente, é possível calcular que peso representou para essa ilusão funcionalista o longo período de crescimento fordiano sem crise – sem crise “na circulação”. “Circulacionismo” era então um insulto nas discussões entre marxistas (em particular na crítica de Rosa Luxemburg, mas também na análise das relações “centro-periferia”). O desejável era limitar-se à produção, às relações capital-trabalho.

A tese de Michel Aglietta conformava-se ao rito: somente ao fim de centenas de páginas dedicadas à análise da relação capital/trabalho – felizmente difratada em relação de organização do trabalho e relação de distribuição do valor agregado – é que aparecia a existência de capitais autônomos (2). Mas essa “difração” bastava para que aparecesse a **contradição** na reprodução dessa relação complexa, logo a possibilidade da crise e, portanto, o problema da **regulação**. Estava na hora: a crise do fordismo acabava de se manifestar.

Convém confessar que a introdução do termo /regulação/ não bastava de modo algum para eliminar as ambigüidades funcionalistas conotadas pelo termo /reprodução/. Nas primeiras formulações de Michel Aglietta, em certas publicações provenientes da pesquisa do CEPREMAP (1977), a “regulação” designava simplesmente “o que é necessário para que a reprodução funcione **mesmo assim**”. É evidente que, para explicar a crise, procurávamos explicar o que, antes, não estava em crise: o fordismo. O “modo de regulação” foi entregue à divulgação pública sob a forma do **resultado**, e não a partir de uma discussão prévia sobre o “mesmo assim”, sobre a contradição e a tendência à crise (que ele deve, como resultado instável, inibir): pode-se considerar como um “funcionalismo **a posteriori**” (3).

O fato é que o lugar já estava ocupado. A /regulação/ já estava devidamente afirmada na célebre definição de G. Canguilhem na **Encyclopedia Universalis**: <<A regulação é o ajustamento, de acordo com alguma regra ou normas, de uma pluralidade de movimentos ou de atos e de seus efeitos ou

produtos, cuja diversidade ou sucessão torna-os inicialmente estranhos uns aos outros >>.

<<Inicialmente estranhos...>>, <<de acordo com alguma regra...>> esta definição estava irremediavelmente prejudicada por dois desvios. Primeiro, os "movimentos" ou "atos" não eram percebidos como induzidos (em sua divergência) pela contradição de uma relação única. A seguir, essa definição fazia supor a existência de uma norma teleológica, de um finalismo que induzia automaticamente o funcionalismo. O "fim" do ajustamento aparecia como a causa de existência do aparelho regulador, cuja montagem podia ser confiada a um arquiteto humano ou divino. A teoria dos sistemas e a cibernética só deveriam realçar suas funções retroativas.

Até na versão cibernética, a "moda regulacionista" que se afirma nos anos 70 sob os auspícios de Atlan, Thom, Prigogine, Atli (4) representa um grande progresso em relação ao estruturalismo. Enquanto se desagrega o conjunto de representações, das identidades que se haviam afirmado durante a era fordista (o que eu chamaria hoje de "paradigma societal hegemônico"). (Lipietz, 1986), novos movimentos sociais se afirmam e aparecem poder regenerar o sistema social. Alain Touraine (1978) pelo positivo, Régis Debray (1978) pelo negativo, teorizam sobre essa capacidade que têm os atores coletivos de modificar sistemas muito estáticos para levá-los a um novo equilíbrio. Para Jean-Pierre Dupuy (1977), "a autonomia dos atores" torna-se a condição de "estabilidade estrutural" da sociedade. Há nisso uma idéia fecunda, mas anunciadora de uma reviravolta que logo leva a um impasse quanto à rigidez das pesadas estruturas herdadas do passado, quanto à necessidade de estabelecer acordos institucionais para estabilizar as inovações. A dificuldade dos vários governos, seja de direita seja de esquerda, entre 1984 e 1986, para propor tais acordos capazes de regular um novo modelo de desenvolvimento, levará ao triunfo das ideologias liberais na sociedade e, no mínimo, facilitará o avanço do individualismo metodológico ou da "microsociologia" na área das ciências sociais (5).

Como já disse, este "avanço" não foi um triunfo total. Foi nesse mesmo período que os trabalhos da Ecole des Annales, em particular os de Georges Duby ou de Fernand Braudel, foram consagrados pelo público. Ora, esses trabalhos destacam a perenidade das estruturas pesadas, o peso das normas abatendo-se sobre o cotidiano, a estreiteza dos espaços de liberdade oferecidos à iniciativa dos indivíduos ou dos grupos. Assim também, o sucesso das obras da escola de Bourdieu nunca declinou: o grupo "Révolte Logique" (1984) chegou a falar do "império do sociólogo".

O caso desta última escola é especialmente interessante. De acordo com uma visão comum, a tese fundamental é bem próxima da de Althusser: as estratégias dos agentes, funções de um **habitus** que incorpora o estado atual da sociedade, só podem contribuir para a reprodução da estrutura do estado de coisas existente. Caricaturalmente: tal pai, tal filho, tais esperanças, tais ambições, tais resultados. Mas o problema consiste em saber que "poder" relativo se concede às estratégias e às estruturas!

É significativo que Bourdieu tenha sido sistematicamente criticado em duas frentes: como estruturalista, é claro, mas também como individualista me-

todológico e até como “espontanefsta” por Claude Lévi-Strauss (6)! De fato, o próprio aprofundamento dos conceitos de **habitus** e de estratégia levava a escola de Bourdieu a explorar os mesmos problemas tratados pela escola da regulação – e também por certos historiadores do Annales como Duby (7). O belo livro de Luc Boltanski (1982) mostra como, sobre a base de estruturas sociais em lenta transformação, o grupo dos “executivos” se auto-instituiu, de 1930 a 1950, para vir ocupar um lugar central na “sociedade salarial” (Aglietta e Brender, 1984) a qual devia ser a forma francesa do modelo fordista, e que ele ajudou a modelar (8).

Eis o contexto intelectual, formado de trocas recíprocas mais ou menos controladas, que alimentou minha reflexão teórica e pedagógica em torno do conceito de regulação.

A dialética e a tecedura

<< Os homens não sabem como o que varia permanece de acordo consigo. Há uma harmonia nas tensões opostas, como a do arco e da lira >>. A célebre frase de Heráclito é o ponto de partida do que nossa cultura chama de dialética, e a imagem do arco parece-me um bom apoio para qualquer explanação sobre o caráter contraditório das relações sociais. A dificuldade consiste evidentemente em dar um exemplo, sem primeiro ter tratado o próprio exemplo: relação mercantil, relação salarial. Uma atalho fácil é considerar o exemplo do relacionamento amoroso, coisa que os estudantes em geral já experimentaram. Caso lhes falte essa experiência, pode-se evocar o exemplo de **O Misanthropo** de Molière.

“Um” amor (um casal e sua história) é evidentemente uma relação social. Em duplo sentido: primeiro, é uma relação entre duas pessoas; segundo; forma-se de acordo com um modelo, um “padrão”, que é uma forma social reconhecida, pré-existente a qualquer casal determinado. A necessidade que têm os seres humanos de formarem casais é decerto muito antiga, mas a formalização desse casal como “amor” é bem recente (na França, ela se consolida nas classes médias do século XVII). Antes de tudo, é preciso que os indivíduos se percebam como sujeitos (o que é uma condição sobredeterminada pela totalidade das relações sociais), que eles ressintam uma falta que pode ser suprida pelo relacionamento amoroso: isso, eles aprendem pelo exemplo e pela cultura e, depois, pela experiência. A **disponibilidade** para estabelecer o relacionamento amoroso aparece assim como uma propriedade do indivíduo, mas que só se realiza enquanto relação interpessoal, social no primeiro sentido, e de acordo com um “padrão”, social no segundo sentido.

A exploração dessa “disponibilidade”, não muito diferente do **habitus** de Bourdieu, é o objeto da psicanálise, que tem muita dificuldade para separar o social do biológico. Vamos nos ater ao essencial, tal como foi formulado por Lorenzo da Ponte em **As bodas de Fígaro** pela boca de Querubim:

<< Vós que sabeis o que é o amor;
Mulheres, vede se o tenho no coração (...)
Procuro um bem fora de mim

Não sei quem o detém, não sei o que é (...)
E no entanto apraz-me definir assim>>.

Esta busca de um bem fora de si satisfaz-se mais ou menos na constituição do casal, ou no misticismo, ou na ambição, ou no trabalho etc... A existência social de casais enamorados não é absolutamente um efeito de composição de estratégias individuais de busca da felicidade. É uma invenção histórica. Mas, para **cada** indivíduo, a formação e a manutenção de um casal é mesmo o resultado de uma estratégia (mais ou menos cooperativa).

O encontro de duas pessoas que têm disponibilidades amorosas fornece, portanto, apenas o "material" de um amor, seus **apoios** biológicos ("träger", dizia Althusser). Mas é a relação amorosa que os constitui como amantes. Ninguém está preocupado em saber o que os enamorados retratados por Molière eram antes de se conhecerem. O que pode ser uma falha: voltaremos a esse ponto mais adiante.

Assim como os enamorados, também os amores não estão sós no mundo. Antes de analisar a relação social de amor, convém lembrar (tese A althusseriana) que ela é sobredeterminada por outras relações sociais. A começar, no caso de amores heterossexuais, por relações cujos apoios coincidem com os da relação amorosa, mas dos quais não poderiam ser somente reflexo ou ópio: as relações chamadas falocráticas ou de "sexagem" (Guillaumin, 1978). E, mais geralmente, o conjunto das relações patriarcais (sobretudo as relações que ligam os enamorados a seus pais). E, evidentemente, as relações sociais de produção e de distribuição de tipo mercantil, que codeterminam a independência econômica dos indivíduos. Assim como as relações jurídicas, que podem sobredeterminar muito as escolhas de tipo Hirshman: "**Voice, Exit, or Loyalty**".

Mas, o que é a relação amorosa? Uma relação em que cada um busca, no outro, a felicidade e a auto-realização. Com componentes variáveis de dom, de identificação, de fusão, mas que pressupõe e implica a autonomia dos dois parceiros. Em síntese, a relação amorosa **une** e **opõe** os amantes, já que a "fusão" dos dois é ao mesmo tempo meio e obstáculo para a "realização" individual de cada um. Como toda relação social, o relacionamento amoroso é uma **contradição**. Exatamente como a relação mercantil. As Igrejas e os sexólogos de boa vontade podem ficar apregoando que "é dando-se que se pode encontrar-se a si mesmo", assim como os economistas liberais repetem que da busca dos interesses privados resulta o bem-estar coletivo. Às vezes é verdade, mas nem sempre. Quando é verdade, estamos "em regime"; quando é falso, estamos "em crise".

Retomemos a imagem do arco. A contradição pode ser definida como uma relação que estabelece dois pólos, unindo-os e opondo-os.

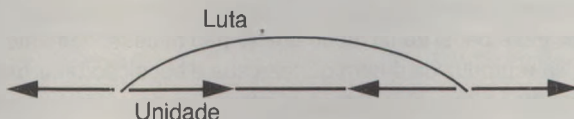


Figura 1: O Arco da contradição.

As contradições que aqui nos interessam são as relações sociais, inclusive o relacionamento amoroso. Toda relação social existente (em sobredeterminação) numa sociedade humana (quer se trate de um casal ou de uma nação) determina nessa sociedade um sistema de **lugares**, hierarquizado (capitalistas/assalariados) ou não (amantes, parceiros da troca mercantil). Esses lugares são complementares na relação que os define: vista sob esse ângulo, a relação é uma estrutura. Mas esses lugares preparam para os indivíduos que os ocupam um papel mais ou menos conforme com o que eles podem perceber como sendo seu interesse (por comparação sobretudo com os outros lugares da mesma relação, ou de outros lugares em outras relações, ou até de necessidades físicas). Se eles "não entram no jogo", ou se "mantêm seu lugar" procurando "melhorar o próprio jogo", os indivíduos em relação opõem-se necessariamente. Independente do fato de o jogo ser de soma positiva ou negativa! Até o dom é uma oposição (**potlatch** nas relações mercantis, dedicação exagerada nas relações amorosas).

Chamamos "disponibilidade" a capacidade de manter um papel e de procurar melhorar o próprio desempenho; identificamos essa disponibilidade com o **habitus** de Bourdieu. A partir daí, das duas uma: ou o prosseguimento do jogo – isto é, o vivido da relação através do tempo – leva à dissolução da relação, e fica difícil falar de relação social (no máximo, será uma interação fugaz), ou então leva à reprodução da relação, e é essa reprodução da unidade que nos dá a possibilidade de identificar uma relação. Pode-se assim representar a reprodução de uma relação no tempo, seja sob o ângulo da contradição, seja sob o ângulo dos lugares:

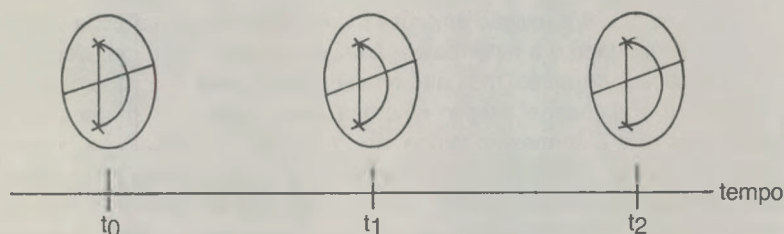


Figura 2: A estrutura no tempo.

Nas duas "casas" definidas pelo relacionamento amoroso, encontramos no seu lugar, no correr do tempo, Alceste e Célimène, Paulo e Virginia, Colin e Chloé. Mas, do ponto de vista dos indivíduos que ocupam esses lugares, as coisas são diferentes. Eles são atores de sua história de amor, desempenham um papel através do qual a relação e os lugares são reproduzidos. O que lhes permite manter esse papel de tal modo que (e não necessariamente "para que") sua relação seja reproduzida é com certeza sua disposição (seu **habitus**), mas também a percepção que eles têm das intenções do outro e, eventualmente, uma pressão social externa vivida como norma incorporada (em Marivaux) ou como instituição explícita (casamento). Logo, é necessário levar em conta:

1. a disposição, o **habitus**, o interesse, o desejo individual;
2. um espaço de representação da relação em que os agentes são envolvidos, eventualmente encaixado num dispositivo institucional.

No estágio em que estamos, é indiferente que a relação seja percebida como igualitária ou hierárquica, como consensual ou opressiva, que, no espaço de representação, uma relação de forças, real ou suposta, seja levada em conta. De qualquer forma, a reprodução da relação supõe um certo "acordo", consentido ou não, sobre a legitimidade de sua perpetuação. Como o mostrou Gramsci, até as relações de exploração implicam o consentimento dos dominados: uma "hegemonia reforçada de coerção". Um gravíssimo desvio do individualismo metodológico consiste em reduzir toda relação a um acordo entre indivíduos, à aceitação de uma norma comum. É evidente que isso existe, mas a ilusão está em reduzir toda relação a um acordo entre indivíduos com direitos iguais, por exemplo, entre cidadãos na cidade, entre parceiros de troca no mercado (9).

Segundo Tucídides, na guerra do Peloponeso, os atenienses, em desavença com a cidade de Melos que não queria participar da aliança contra Esparta, responderam aos habitantes que invocavam a lei divina para justificar o direito de permanecerem neutros: <<As leis só têm valor entre iguais. Entre forças desiguais é a força que decide>>. É claro que semelhante princípio de legitimação só pode funcionar caso a caso. Num império estabilizado, o reconhecimento da hegemonia deve materializar-se de uma outra maneira, mas a força permanece subjacente à legitimação. No caso da relação amorosa, a força está, por definição, ausente, mas o preço subjetivo da perda pesa sobre cada um como uma relação de força (tanto para Alceste como para Célimène).

Seja como for, a figura 1 assume agora outra proporção. Providos de seus **habitus** e da representação que eles se fazem de sua inserção numa socialidade (casal ou império), os agentes desenvolvem cada um a sua **estratégia**, de tal modo que o conjunto de sua **trajetórias** consegue, no decorrer do tempo, reconstituir a relação. Na figura 3, o **habitus** dos agentes é representado por um pequeno círculo e seu espaço de representação por um pequeno retângulo, uma "carta":

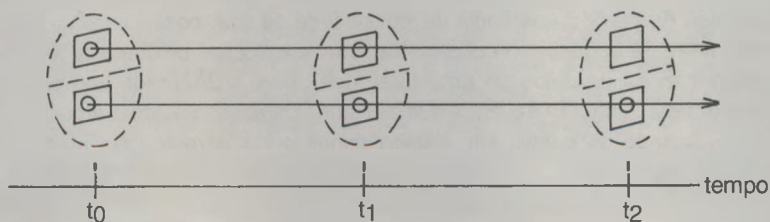


Figura 3: As trajetórias.

Fica bem claro que as figuras 2 e 3 são de certa forma duais entre si. Epistemologicamente é "quase" indiferente escrever:

– o amor que os une põe, de ato em ato, Alceste e Célimène no lugar de enamorados um do outro, apesar de suas diferenças de caráter e de suas brigas, até a crise final.

Ou:

– Alceste e Célímène são dois sujeitos que se seduzem, medem a cada momento se há interesse em continuar sua relação, e só a leitura da peça confere a suas histórias acopladas a aparência da narração de “um” amor finalmente infeliz.

De acordo com o ponto de vista, escolhe-se uma abordagem respectivamente estruturalista ou individualista. O que, a meu ver, é objetivo, “real”, é o fato de haver um entrelaçamento relativamente estável de comportamentos. Quanto a afirmar que a figura 2 ou a figura 3 é mais “real”, que uma dá “consistência” à outra, isso para mim depende apenas da “pertinência”: é uma propriedade do discurso, e não da realidade. Vamos introduzir, enfim a metáfora da tecedura de um cachecol.

O tecelão primeiro preparou os fios da **urdidura**, predispondo um sistema de lugares transversais análogo à figura 2. Depois, a lançadeira atravessou esses lugares, deixando atrás de si uma espécie de marca de sua trajetória, os fios da **trama**. Os **cadilhos**, por fim, ajudaram a lançadeira a ajustar-se, durante a trajetória, ao sistema de lugares da urdidura. Quando o tecido é retirado do bastidor, o que lhe dá consistência? Sem a urdidura, os fios da trama ficariam embaraçados. Sem a trama, os fios da urdidura ficariam pendurados.

Pode-se afirmar – e é minha tendência – que a urdidura (figura 2) dá a **forma**, e a trama dá a **matéria** da substância do tecido, à moda de Aristóteles. A tendência positivista afirma, ao contrário, (e aqui abandonamos a metáfora) que a única realidade observada é o conjunto das trajetórias da figura 3, que o sistema dos lugares e a estrutura (a forma) só existem na cabeça do teórico. No concreto de pensamento (segundo a terminologia de Althusser) que tenta reproduzir de modo esclarecedor o tecido social (10) é difícil, em compensação, esquecer que os atores pensaram mesmo que, com os outros, iam ajudar a tecer uma história de amor, ou a de uma empresa, ou a de um Estado, etc. E toda a estratégia deles é decorrente disso. Aliás, Célímène e Alceste são apenas seres fantasmagóricos (que podem coincidir com seres contingentes reais) que vêm dar corpo a um esquema: o de um amor particularmente contraditório (11).

Logo, vamos nos cingir ao critério de pertinência: é possível contar-se a história como se deseja, ela nunca será o real, e trata-se de contá-la o melhor possível. Apesar da aparência de legitimidade de seu “positivismo”, o individualismo acabará esquecendo que o “**habitus**” e a “carta” de que dispõem os indivíduos são os produtos de uma totalidade social estruturada que preexiste a suas ações. Ninguém se lança numa história de amor quando o amor ainda não existe, quando os casais são estabelecidos pelos parentes em função de estratégias reprodutivas (12). Ninguém procura vender-se como escravo quando a única relação de subordinação produtiva admissível é o trabalho assalariado. Além disso, só se pode fazer a corte a alguém que não nos ama se esse alguém nos dá alguma atenção, nem que seja de modo sádico (13). Junto da janela do narrador, a Lol V. Stein de Marguerite Duras não vive “um amor” (é Tatiana Karl que o vive). Da mesma forma, pode-se postular um emprego porque se sabe que o trabalho assalariado existe e, mesmo assim, continuar desempregado. Portanto, a análise do tecido social real deve partir da existência de formas sociais reconhecidas pelos agentes (mesmo se a teoria oferece uma

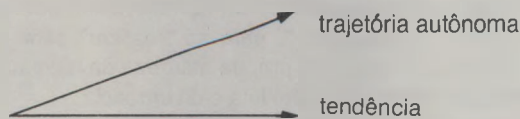
representação diferente da dos atores (14), deve descobrir as instituições que apóiam as formas desse tecido e indicar a disponibilidade de atores que garantam os papéis exigidos.

Mas, ultrapassam-se os limites da pertinência (na direção do estruturalismo) quando se reduz o **desempenho** dos atores a seu papel. Seria esquecer que cada um deles tem um **estilo** (15). Em outros temos, o "**habitus**" não é um programa que determina o indivíduo a conformar-se trivialmente com as necessidades da reprodução. O **habitus** é uma disponibilidade para representar o papel, mas de acordo com pontos de vista autônomos, e até para sair do papel quando surgirem a possibilidade e o interesse. Neste sentido, o **habitus** não reproduz apenas a realidade: ele a transforma e pode até gerá-la (16).

Essa recusa de reduzir os comportamentos e as intenções às exigências da estrutura é, como se sabe, o ponto de ruptura do materialismo "dialético" de Marx em relação ao materialismo "metafísico" de Feuerbach ("metafísico" denotando aqui a hipóstase de estruturas eternizadas): <<A doutrina materialista que pretende que os homens sejam produtos das circunstâncias e da educação, que em consequência, homens transformados sejam produtos de outras circunstâncias e de uma educação modificada, esquece que são precisamente os homens que transformam as circunstâncias e que o educador também tem necessidade de ser educado (...) A coincidência da mudança de circunstâncias e da atividade humana ou automudança só pode ser considerada em compreendida racionalmente enquanto prática revolucionária>> (IIIa. Tese sobre Feurbach, 1846).

Esse posicionamento, que fortaleceu a ruptura de Burdieu com o estruturalismo (1987:24), vem de longe e está inicitadamente afirmado em toda a obra de Marx. Desde sua tese de filosofia sobre a **Diferença da filosofia da natureza em Demócrito e Epicuro**, o jovem Marx identificou a queda retilínea como existência "relativa" do átomo, tal como ele é determinado "em si" por sua relação com o resto do espaço, e sua declinação como a manifestação de seu "para si": "O movimento da queda é o movimento da não-autonomia. (...) Para o átomo, a declinação é no seu âmago aquilo que pode lutar e resistir" (17).

Esse esquema de pensamento, a divergência possível em relação a uma tendência determinada pela totalidade, é a "declinação", o "cliname" de Lucrécia, do qual Michel Serres (1977) mostrou a similitude com o raciocínio diferencial. Para mim, seria este o esquema:



Encontra-se este esquema na célebre tese do **18 Brumário de Luís Bonaparte** (1852): <<Os homens fazem sua própria história, mas a partir de certas condições, herdadas do passado>>, ponto de partida reivindicado por Gidens (1984), quando ele procura, por sua vez, ultrapassar o dilema estruturalismo/individualismo. Para retomar nossa metáfora, os fios da trama teriam a

possibilidade de afastar-se do lugar predestinado na urdidura, deixando assim à mostra uns buracos ou fazendo franzidos no tecido! Eis por que há crises e aparece o problema da regulação...

Então, por que as trajetórias divergem? A resposta pode ser "E por que não?", se acreditarmos numa liberdade, mesmo infinitesimal, do ser humano (18). Pode-se também procurar para esse fato motivos positivos. São de dois tipos, de idêntica legitimidade teórica, variando de importância de caso para caso.

Primeiro, motivos externos à relação. Em um todo sobredeterminado, cada agente pertence a várias estruturas, é dotado de vários "**habitus**", pertence a várias "cidades", a várias "naturezas" como diriam Boltanski e Thevenot (1988), sendo que todas ajudam a definir seu "estilo". Logo, ele pode ser levado a contestar, e até denunciar, o lugar e o papel que lhe são atribuídos, em nome de outras normas e de outros interesses. Reciprocamente, a forma e a história de "uma" relação concreta dependem também dos estilos próprios dos agentes disponíveis e deve adaptar-se a eles tanto quanto fazer com que eles se adaptem. É por isso que "nunca ninguém se banha duas vezes no mesmo rio": não há dois amores semelhantes. Também não há dois operários especializados idênticos numa linha de montagem, já que esta forma particular de organização do trabalho está, por sua vez, suspensa à existência de uma mão-de-obra "convenientemente adestrada", quer se trate de mulheres, camponeses ou imigrantes, cada qual com sua história e, portanto, seu estilo (19). A variabilidade dos estilos dos agentes é, sem dúvida, o vetor mais direto da sobredeterminação recíproca das estruturas em que esses agentes estão co-presentes. Os amores entre **yuppies** não têm a mesma dimensão de dependência que os amores entre um burguês e uma "moça casadoira" sem profissão.

Igualmente importantes, e talvez mais (pois elas acarretam a "possibilidade" e até a "necessidade" de crises), são as causas internas de divergência das relações, as que decorrem do **caráter contraditório** da relação. Aliás, sob sua forma mais banal, a **diferença** dos termos em relação é a condição formal de operação das causas externas. Mas, estamos falando aqui da **oposição**, da **luta** que une os termos em relação. A definição sumária do relacionamento amoroso induz de imediato uma causa interna de divergência: cada um é inevitavelmente levado a reclamar que o outro não lhe oferece suficientemente aquilo que ele não tem. Por isso, a forma necessária da crise: a briga amorosa, recorrente de ato em ato em **O Misanthropo**, apesar do desejo de Alceste e da habilidade de Célimène. Enamorados, com certeza, cada um desejando o bem do outro, mas para se "encontrar", para se "realizar" cada um a si mesmo (20). No caso da relação salarial, a própria natureza da relação (extração/partilha do valor agregado) implica também luta e divergência.

A síntese das figuras 2 e 3 é, portanto, mais complexa do que parece à primeira vista. As trajetórias tendem a afastar-se das exigências da reprodução dos lugares, e esta é, pois, marcada por "reordenações", por "reajustamentos", que chamamos de "pequenas crises".

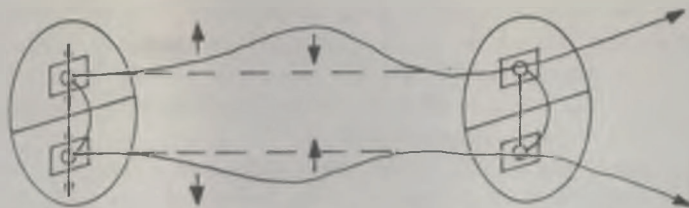


Figura 4: As pequenas crises

Nos primeiros atos de *O Misanthropo*, o **resultado** das brigas consiste em restabelecer a unidade do relacionamento amoroso. Convém observar que "unidade" e "luta", dois aspectos de uma relação contraditória, formam em si um par contraditório. Há uma **unidade** entre a "unidade" e a "luta", a luta mantém a unidade, a unidade mantém a luta. Alceste continua misantropo, Célimène continua faceira; a necessidade que um tem do outro para realizar a si próprio é mais forte, mas prepara novas divergências que acarretarão novas brigas. E essa unidade, pela qual "a unidade" (dos elementos em relação) é mantida apesar e até através de sua "luta", é o que o teórico dialético designa por **regulação**.

É possível medir aqui como essa concepção supera e engloba a de Canguilhem. Enquanto indivíduos, Alceste e Célimène foram "inicialmente estranhos". Mas a regulação refere-se apenas a seu relacionamento enquanto enamorados; ela consegue aplainar e deter suas divergências. Essas divergências decorrem, em parte, do fato de seus "estilos", de suas "naturezas" já serem diferentes antes de os dois entrarem em relação (ele é "extra-mundano", ela é "mundana", para falar como Lucien Goldmann). Por outro lado, a acumulação das divergências surge do caráter sempre contraditório do relacionamento amoroso: é uma causa **interna** da relação que acarreta o problema da regulação. Além disso, o resultado desta não é uma "norma" ou "regra" transcendente: ela é imanente, é a própria unidade da relação. O amor deles é o que é, como resultado de suas contínuas brigas (21).

Surge aqui a questão que havíamos prudentemente evitado: o finalismo, o funcionalismo, a intencionalidade do **modo de regulação**: a briga. Pois é, depende. Já que a briga, de fato, "esgota as avenças", que ela tem por resultado o reestabelecimento da unidade, pode-se afirmar que ela tem essa função "**ex post**". Ela não a tem "**ex ante**": no Ato IV, Alceste parte para a briga com a intenção do rompimento (ele o havia declarado a Eliante). Mas, no íntimo, não estaria ele pensando que o que já deu certo uma vez (uma boa briga) vai dar certo de novo? Para Célimène, é evidente que a briga tem por objetivo restabelecer a unidade, é um confronto previsto e programado, o preço a pagar para conservar Alceste, enquanto ela continua fazendo charme. Mas muitos enamorados podem transpor o limiar da **institucionalização** do modo de regulação: psicoterapia do casal, separações regulares, etc. Nota-se neste último exemplo que as modas de regulação podem variar: as separações intermitentes podem preencher a função das brigas regulares (**Exit or Voice, as usual**). O resul-

tado (a permanência do casal) pode ficar imanente, pode ele também ser institucionalizado: é o casamento (**Loyalty...**). Toda instituição é uma forma pela qual os agentes abandonam de modo "provisoriamente definitivo" a liberdade de interromper seu relacionamento ou de alterar-lhe seriamente a forma. O que não desfaz em nada seu caráter contraditório.

Vamos chamar de **grande crise** justamente os momentos em que os acordos institucionalizados anteriormente bem como seu modo de regulação não conseguem mais manter a reprodução da relação (ou do sistema de relações): a "luta" supera a "unidade". Para nossos heróis, a grande crise surge no Ato V. Célimène fez demais, Alceste falou demais. <<Não dá para continuar como antes>>: a corda do arco quebrou. O tecido se rasga.

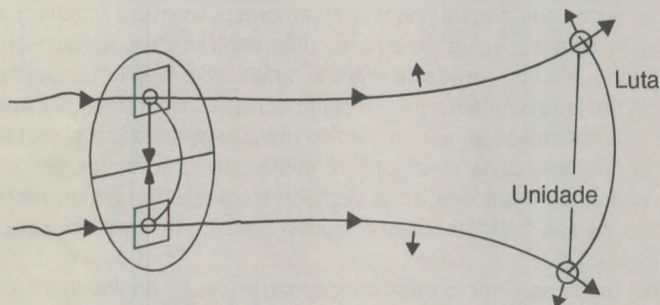


Figura 5: A grande crise.

Três saídas são possíveis:

1. ou os atores se separam, sua trajetória não se inscreve mais na mesma história. É a "crise final";
2. ou eles estabelecem um outro relacionamento. "Vamos continuar amigos";
3. ou então restabelecem a mesma relação, com outro acordo institucionalizado, com outro modo de regulação.

Célimène propõe a terceira solução: o casamento. Alceste procura negociar: sim, mas no seu deserto. "Renunciar ao mundo? assusta-se Célimène. Tudo acabado. Alceste escolhe a primeira solução. Cena emocionante e bem dialética! Nesta grande crise, como nas pequenas, as causas externas (manifestas) não devem esconder as causas internas. Se o amor se rompe, é certamente porque Alceste e Célimène "eram inicialmente muito estranhos" (diria Canguilhem), porque sua "natureza" era bem diversa (extra-mundana para um, mundana para o outro) e acabou por tornar impossível todo acordo ou compromisso (diriam Boltanski e Thévenot). Está certo, mas seria ingênuo parar por aí. Célimène não tinha dito tudo. Alceste "aproveitou a ocasião". Como a Princesa de Clèves que recusa a mão do duque de Nemours quando seu desejo torna-se legítimo, Alceste escolhe o deserto, prefere reconhecer a impossibilidade do amor absoluto (<<Para que encontreis tudo em mim, como eu tudo em vós>>). Prefere a carência ao compromisso institucionalizado, ao arranjo, ao relativo (22).

Cuidado! Essa contradição interna do relacionamento amoroso, que leva necessariamente a grandes crises (não necessariamente finais) só é percebida pelo crítico literário, pelo psicanalista, pelo sociólogo. O teórico (ou o dramaturgo que compõe a partir do modelo "as dificuldades do amor") analisa a "fisiologia" do relacionamento, seus esquemas "internos" "profundos", "esotéricos" (23). Analisa o relacionamento em si mesmo, suas contradições, independentemente do "estilo" dos agentes. O que não significa que ele tenha o dever nem mesmo o direito de fazer abstração do seguinte: para que haja relação, é preciso que os agentes a queiram (ou a ela se conformem), é preciso que a mantenham, que nela se mantenham. O defeito do estruturalismo está no fato de ele ignorar os agentes, como se houvessem amores, guerras, relações de troca, relações salariais, sem estratégias amorosas, sem projetos bélicos, sem candidatos a emprego, sem mercadores: como se simples fantasmas ocupassem os "lugares" (24). Uma relação genérica, tanto quanto a realização particular dessa relação, só existe como abstração ou atualização de práticas, e essas práticas só existem se houver necessidade transformada em projetos e em práticas.

Tanto para Alceste como para Célimène, não há um relacionamento amoroso que se reproduz. Há sentimentos amorosos que se desdobram em tática e em estratégia. Alceste quer que Célimène seja dele e que seja como ele (embora seja provável que, se ela fosse como ele, ele não a quisesse mais). Célimène quer conservar Alceste, não quer que ele seja como ela mas quer continuar sendo o que é. Essas estratégias se mostram compatíveis durante quatro atos (à custa de brigas reguladoras) mas depois demonstram não mais agüentar "em regime". Enquanto dura a história de amor, o misantropo procura ser "intramundano" e, não muito habilmente, observa assim mesmo uma certa "prudência". Com a ajuda dos amigos Philinte e Eliante, ele faz "assim mesmo" esforços elogiáveis para não injuriar imediatamente Oronte (af a grande crise é imediata) e para não perder de modo definitivo Célimène. Ele tenta de certa forma "fazer o jogo", seguir o mapa, aplicar os códigos da vida mundana e da conquista amorosa, enfim, conformar-se com "regras de superfície", "exteriores", "exotéricas", os códigos mundanos e galantes (25). O cômico está no fato de que sua natureza o impede de manter-se assim, mas ele conhece o código e, apesar de detestá-lo, procura segui-lo. O problema é que a combinação do código e de seu estilo leva-o por uma trajetória bem divergente em relação ao mundo. Para Alceste, como para Célimène, a crise não provém do fato de que, estruturalmente, não há amor feliz. Ela surge porque cada um, por seu lado, "fez demais".

Como na dualidade da urdidura e da trama, essa história pode ser lida de dois modos. Num nível profundo: um amor na pulsão cíclica da unidade e da luta, na dialética da fusão e da autonomia. Num nível superficial: a relação externa entre duas estratégias independentes. As brigas são o modo de ajustamento dessas estratégias num "regime" amoroso. Mas chega o momento em que as apostas, as esperanças, as reservas, as práticas de cada um se mostram irremediavelmente incompatíveis. O amor tem de transformar-se ou desaparecer.

Valores em processo e regime de acumulação

Voltemos agora brevemente a esses conceitos e à dualidade "trama/urdi-

dura", tal como foram utilizados pela primeira vez nas análises em termos de regulação, isto é, no relatório CEPREMAP (1977), e mais ou menos na forma como os estudei em (1979a, 1983a). Isso ajudará a esclarecer a ligação entre esses estudos econômicos e as considerações epistemológicas que precedem.

Relendo **O Capital**, Etienne Balibar tinha amplamente enfatizado quanto a circulação das mercadorias entre capitalistas e proletários redundava numa reprodução da estrutura da relação salarial. As condições da relação (e da circulação que ela induz) aparecem de fato como idênticas ao resultado:

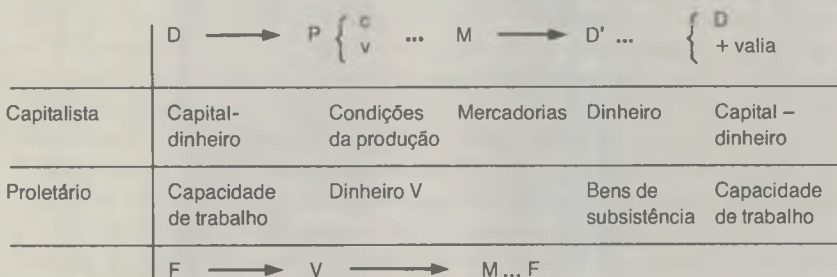


Figura 6. A reprodução da relação salarial

Pode-se reconhecer aqui a superposição das figuras 2 e 3. Dessas figuras, os althusserianos retiveram essencialmente a dimensão "vertical" (o sistema dos lugares). Basta de fato considerar o gráfico "de frente" (isto é, com a flecha do tempo voltada para si) e não longitudinalmente (com o tempo da esquerda para a direita) para obter o famoso duplo molinete da reprodução (26):

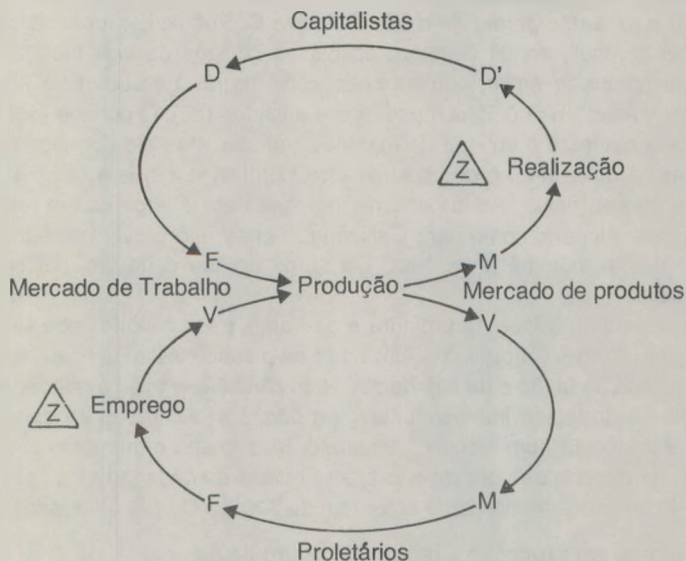


Figura 7. O "duplo molinete".

Vista sob esse ângulo, a reprodução aparece de fato como “não contraditória”. Todo o trabalho dos “regulacionistas” pode então ser entendido como um tríplice esforço:

- * mostrar que a reprodução capitalista “não acontece à toa”,
- * mostrar por que, durante longos períodos de tempo, ela continua “mesmo assim”,
- * mostrar por que, ao fim de certo tempo, surge uma grande crise.

Hoje, essas coisas são sabidas. Primeiro, a simples realidade da relação mercantil, a incerteza do produtor capitalista quanto à validade social da mercadoria oferecida, introduz uma dissimetria radical entre mercadoria e dinheiro: o dinheiro é um equivalente geral “incondicional” da mercadoria; ao contrário, a realização da mercadoria em dinheiro é um “salto mortal”, indicado na figura 7 pelo sinal Z “curva perigosa”. O fluxo de mercadorias que sai pelo arco nordeste do esquema deve estar corretamente proporcionado (em volume e em valor) à demanda que aparece no arco sudeste, bem como nos arcos não representados, em particular o arco “acumulação-investimento” (compra de bens de produção pelo capitalista), e com todas as outras complicações trazidas ao tecido sócio-econômico pela presença do Estado, de outras classes sociais etc. A incerteza a esse respeito constitui a “possibilidade formal” das crises. Sua necessidade aparece com a própria acumulação, que tende a aumentar o fluxo que sai a nordeste, enquanto contém o crescimento do arco sudeste. Essa contradição está no âmago da relação salarial. Pode ser resumida numa frase: ou a taxa de exploração é forte demais e há a ameaça de uma crise de superprodução, ou é fraca demais, e a ameaça é de sub-investimento. Essa taxa é função, por um lado, das relações da distribuição (das normas de consumo) e, por outro, das transformações na produção (das normas de produção), e em particular dos lucros de produtividade e das mudanças na composição orgânica dos capitais.

Chama-se **regime de acumulação** o modo de transformação conjunta e compatível das normas de produção e de consumo. Esse regime pode ser descrito como o dado iterativo da produção das seções ou dos ramos produtivos e da demanda correspondente: o que se chama esquema de reprodução ou estrutura macroeconômica. Mostramos que o regime “fordista” podia ser descrito como um paralelismo do crescimento da produtividade, da norma de consumo dos assalariados, da composição do capital. Em outros termos, ele segue um esquema de reprodução intensiva com ampliação do consumo salarial, de tal forma que crescem paralelamente o volume do produto líquido das seções I e II, relativo ao número de assalariados produtivos. Esse regime de acumulação é, portanto, uma forma de trama possível para a reprodução capitalista:

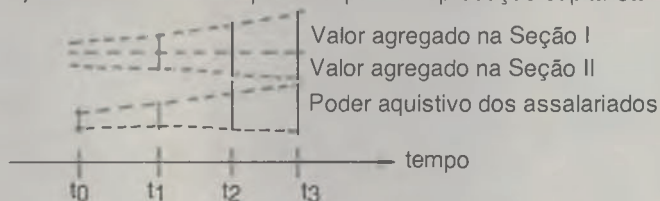
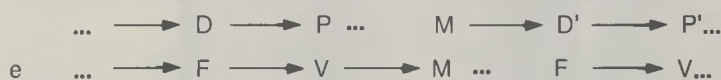


Figura 8: O regime de acumulação como trama

Mas, voltemos à figura 6. Trata-se de levar a sério a dimensão longitudinal desse gráfico. Pode-se considerar os agentes (capitalistas e proletários) como os proprietários de “valores em processo”, isto é, de “fluxo” de valores de formas genéricas respectivas:



Esse conceito de “valores em processo” que se metamorfoseiam de forma em forma é introduzido desde o capítulo III de **O Capital** e longamente desenvolvido através de todo o livro II. Esses milhões de fluxos individuais constituem a trama da realidade econômica: a “vaga” dos valores em processo. Na “vida de todos os dias” (Alltagsleben) eles são a **única** realidade positiva. No caso dos capitais, Marx estende a metáfora têxtil e chega até a falar da estrutura de fios composta de três fiapos torcidos: os ciclos do capital Dinheiro, Mercadoria e Produtivo (Livro II).

No interior desse fluxo, os valores em processo trocam suas formas, como se percebe na figura 7 de duplo molinete, quando ela se desenvolve no tempo:

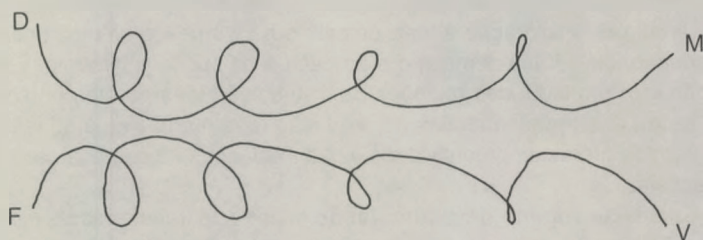


Figura 9. O fluxo dos valores em processo.

Na realidade, as duas espirais dessa figura são compostas de miríades de espirais individuais: o fluxo. **Ex post**, quando o regime de acumulação está estabilizado, esse fluxo, em sua estrutura, deve coincidir exatamente com as proporções repetidamente descritas pelo esquema de reprodução.

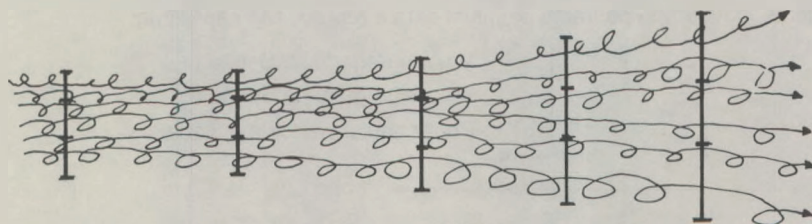


Figura 10. Valores em processo e esquema de reprodução.

As famosas igualdades marxianas dos esquemas de reprodução do Livro II não expressam nada além dessa dualidade. É ainda necessário conhecer a medida instantânea de cada um desses fluxos, ou seja, conhecer as leis que governam esses fluxos em valor nominal, expresso em moeda. Essas leis de formação dos salários e preços em moeda são as "conexões externas": elas regulam as normas de troca entre os fluxos considerados como independentes. Conhecendo esses preços normais e fazendo intervir seus **Habitus** de assalariados e de capitalistas, os agentes devem conduzir seu valor em processo de forma que o regime de acumulação seja respeitado. Pode-se interpretar o problema geral da transformação dos valores em preços de produção como o estudo das condições nas quais as conexões externas (leis que fixam o salário e os preços de produção) podem ser compatíveis com as proporções iterativas do regime de acumulação em valor (27).

Essa possibilidade não implica nenhuma garantia de bom término. Basta que as leis de formação do salário e do lucro nominais não estejam adaptadas à evolução das normas de produção para que apareçam desequilíbrios. O fluxo dos valores em processo parece então "extravasar" o crescimento em valor do esquema de reprodução ou, ao inverso, mostra-se inferior ao crescimento potencial. No tecido econômico, surgem franzidos ou buracos: é a inflação ou a superprodução. Aparece assim o problema da adaptação do fluxo ao regime, da trama à urdidura. Tal adaptação é o efeito do modo de regulação em vigor, que representa, na metáfora da tecedura, o papel dos cadilhos ou ... da "mão invisível" de Adam Smith.

Todo o esforço dos trabalhos de economia em termos de regulação, e em particular do relatório CEPREMAP (1977) e de suas seqüências, consistiu em mostrar que essa "mão invisível" não era o mecanismo trans-histórico da concorrência pura e perfeita. O modo de regulação (que inclui, entre outras, as formas de determinação dos salários diretos e indiretos, de concorrência e de ordenação inter-empresas, de gestão da moeda) muda com o tempo; logo, as formas de crescimento e de autopilotagem dos valores em processo também. Como o próprio regime de acumulação se transforma, grandes crises podem surgir da inadequação do modo de regulação. Essas grandes crises (como a crise atual, ou a dos anos 30) não devem ser confundidas com as "pequenas crises" cíclicas que são a forma da ação de regulação nos modos chamados "concorrenciais" (28). Quanto à "intencionalidade" da instauração de um modo de regulação adaptado, como a "regulação monopolista" para o regime fordista, podemos mostrar que historicamente tratava-se quase sempre de "achados" que, no correr do tempo, puderam ser **conscientemente** consolidados, pelos teóricos "Keynesianos" da regulação fordiana, pelos sindicatos reformistas e pelos governos desejosos de preservar o consenso social.

Inversamente, compreender como a grande crise do fordismo, por exemplo, foi-se delineando, como o "tecido" se rasgou, implica um duplo trabalho. Por um lado, num nível profundo, pode-se observar a deformação progressiva da estrutura macroeconômica: diminuição dos lucros de produtividade, maior peso na composição orgânica, internacionalização crescente. Por outro lado, num nível "exotérico", procura-se mostrar como os atores sócio-econômicos em suas lutas para "modificar o dado", no interior mesmo da lógica do modelo de desen-

volvimento, bem como nos esforços para transformar esse modelo em nome de uma "natureza" incompatível com ele, "acumularam as divergências". Os sindicatos procuraram tornar cada vez mais automáticos os aumentos de salário, consolidar as conquistas do Estado-Providência: ofensivas internas ao modelo. mas os assalariados resistiram cada vez mais às formas alienantes de organização do trabalho fordista. Para barrar essas tendências, os empresários procuraram ampliar as escalas de produção, acelerar a automatização (estratégia interna da lógica fordiana) mas também deslocar a produção para países com modo de regulação mais favorável ao lucro, contornar a legislação social pela "dualização" do mercado de trabalho: forma de denúncia pela fuga (**exit...**) dos comprometimentos institucionalizados fordianos.

O resultado dessas estratégias divergentes é conhecido. O essencial é compreender que não se trata de modo algum de um lamentável enfraquecimento do consenso que um pouco de boa vontade teria podido contemporizar. A contradição era interna ao próprio regime.

O tecido do espaço-tempo

Depois do amor e da acumulação capitalista, abordamos um terceiro domínio: a geografia humana. Mudamos assim de cultura: referimo-nos à geografia crítica anglo-saxônica, da qual existe um excelente **corpus** epistemológico na coletânea de D. Gregory e J. Urry (1985). Essa geografia crítica situa-se na confluência de duas correntes metodológicas: o "realismo teórico" (Sayer, 1985) e a "teoria da estruturação" (Giddens, 1985). A dificuldade de diálogo entre as culturas decorrente da barreira lingüística, dos conhecimentos de segunda mão, das traduções imprecisas leva a algumas incompreensões que só são superadas de fato na excelente contribuição de Ed Soja (1985). Apesar das rituais críticas ao althusserianismo, nem sempre pertinentes, não se percebe, em relação à "sobredeterminação" althusseriana, o que traz de novo o "realismo teórico", segundo o qual os objetos teriam "forças causais" provenientes de sua estrutura interna, as quais só se atualizariam segundo suas articulações contextuais contingentes (29). Igualmente, não se percebe qual a diferença entre o "estruturalismo construtivista" de Bourdieu e a "teoria da estruturação" de Giddens, o que, aliás, a maioria dos autores da coletânea (em particular Walker, 1985) reconhece ser a mesma coisa.

O que deve chamar nossa atenção é o uso direto da metáfora trama-urdi-dura. Para a geografia crítica, o iniciador dessa metáfora é Hagerstrand (1970), que Giddens (1985) e Gregory (1985) discutem. A "geografia espaço-tempo" de Hagerstrand apresenta-se como uma micro-sócio-geografia, baseada numa "coreografia" rotineira das trajetórias individuais de agentes submetidos às contingências de sua materialidade espaço-temporal. Essas trajetórias reúnem-se em feixes (**bundles**), em "estações" nas quais elas interagem. A projeção dessas trajetórias sobre o espaço-plano produz a estruturação do espaço.

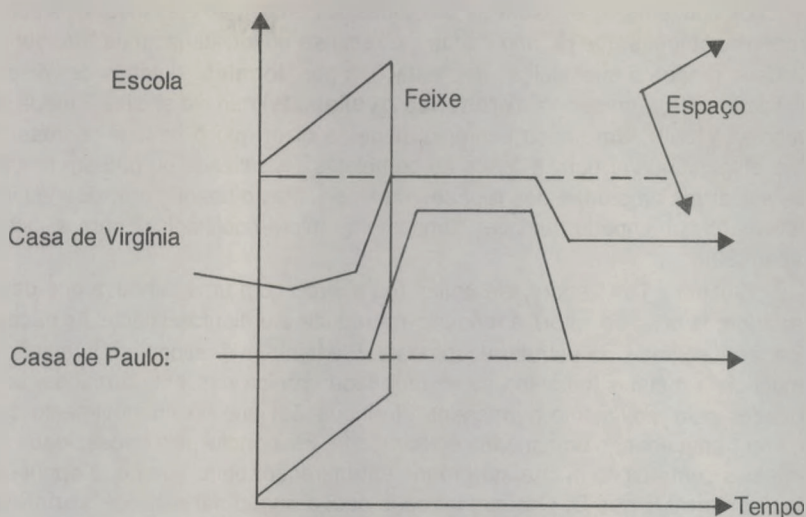


Figura 11. A coreografia de Hagerstrand

Tomemos o exemplo de dois jovens da aldeia (Paulo e Virgínia) que vão à escola diariamente. Encontra-se de novo a "trama" das trajetórias estruturada por (e estruturando) a "urdidura": o sistema das "estações" da aldeia (figura 11). Pode-se até colocar esse esquema em "pequenas crises". Paulo convida Virgínia para gazetear aula no bosque B; os mexericos logo fazem com que o diabrete e sua Cinderela retornem a suas trajetórias normais (figura 12). Denúncia e sanção são as formas mais primitivas da regulação social. Mas a divergência pode desenvolver-se até chegar à grande crise: ou os apaixonados ficam noivos e saem da escola ou vão para o colégio interno.

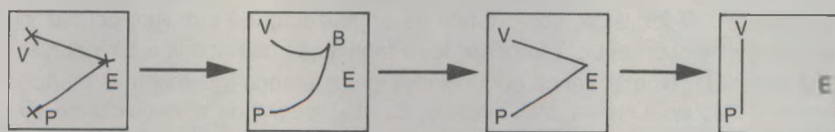


Figura 12. Divergência, pequena e grande crise coreográfica.

percebe-se o caráter operatório da "geografia espaço-temporal" de Hagerstrand e como pode ela levar a métodos de projeção urbanísticos como, por exemplo, a concepção de um sistema de transporte (Matzner, Rusch, 1976). Giddens destaca, no entanto, as fraquezas dessa geografia. Ela ignora a ori-

gem dos "projetos" que guiam as trajetórias, ou então são eles induzidos pelas próprias estações que já "são dadas", e recai-se no totalitarismo da "urdidura". Giddens propõe a substituição das estações por "**locais**" dotados de "disponibilidade para a presença" (**presence availability**) que ele analisa à moda de Goffman (1959). Em nosso exemplo, pode-se dizer que o bosque representa uma disponibilidade para a "caça às borboletas", atualizada ou não em função das iniciativas amorosas dos rapazes da aldeia. Mas o bosque preexiste às iniciativas, o que impede qualquer "fundamento micro-sociológico" para a localização (30).

Quanto a D. Gregory, ele critica (de acordo com uma temática que deve ser agora familiar ao leitor) a tendência a reduzir a urdidura espacial às necessidades funcionais da estrutura capitalista. Ele também é reticente em relação à tendência simétrica (baseada na instabilidade crônica das estruturas, provocadas pelo movimento permanente de inovação) que vê no movimento dos fios da trama apenas uma meada embaraçada. Ele conclui pela necessidade de pensar a contradição, a luta, na própria estruturação: outro tema que conhecemos, tanto mais que D. Gregory introduz aqui a noção sartriana de **serialidade**, que Hägerstrand, segundo ele, não teria superado. A "serialidade" (oposta ao estado de "grupos em fusão": Sartre, 1960) é o estado dos indivíduos comportando-se como os átomos determinados de Demócrito, privados de "clima", incapazes de projeto coletivo que modifique as estruturas. Cuidado, pois, para não identificar "urdidura" com necessidade, nem "trama" com liberdade! Voltaremos a isso na conclusão.

Por enquanto, gostaria de tratar ainda de dois exemplos extraídos de meus trabalhos, que podem esclarecer, em outros domínios da geografia humana, a distinção trama-urdidura e a questão da regulação.

O primeiro exemplo é a questão regional ou, antes, a inter-regionalidade, assunto sobre o qual mantenho com Doreen Massey um diálogo tão episódico quanto cordial. Numa intervenção inicial (1974a, retomado em 1977), eu definia primeiro as regiões francesas em si mesmas, sua genealogia, a história das relações sociais **internas** que lhes haviam modelado a "personalidade" (para empregar os termos de Vidal de la Blache), e as haviam dotado de disponibilidades diferenciadas em relação às formas de divisão do trabalho que iriam caracterizar, depois de 1945, o que eu na época ainda não chamava de "fordismo à francesa". O fordismo, como forma de organização do trabalho, permite de fato uma disjunção entre a concepção, a fabricação qualificada e a montagem desqualificada. Numa França com bolsões de empregos fortemente diferenciados do ponto de vista salarial, sindical, da qualificação da mão-de-obra e dos mercados, havia a grande tentação de distribuir os circuitos dos ramos produtivos por três tipos de bolsões de mão-de-obra, de acordo com a tripartição fordista. E foi o que aconteceu, quer as próprias regiões tenham "chamado" os empregos industriais, quer a DATAR tenha guiado as escolhas das grandes empresas (problema de regulação que não será tratado aqui). Chegamos, pois, a definir três tipos de regiões estabelecidos relacionalmente pela estrutura do circuito do ramo certas regiões, de acordo com o "estilo" herdado, vindo assumir os "papéis" definidos nessa estrutura. Tipicamente, I. a Ile de France; II: o Norte-Pas de Calais; III: o grande Oeste.

D. Massey (1978) logo apontou a ambigüidade entre a abordagem segundo a trama e a abordagem segundo a urdidura: <<As regiões em Lipietz ora aparecem definidas em si mesmas, em sua genealogia, ora definidas por seu lugar sincrônico no seio da divisão inter-regional do trabalho>>. Para essa autora, a segunda alternativa era a única possível, contanto que não se simplificasse demais a "urdidura" dessa estrutura, que se reconhecesse (o que me parecia correto) a existência de uma pluralidade de formas de organização do trabalho, variáveis de ramo para ramo e até diversas no seio de cada ramo, combinando-se de modo contingente para explicar o destino de cada região por acumulação de "camadas geológicas" (**layers**). Ela aplicava esse método em seu livro (Massey & Meegan, 1982) no qual eu logo percebia (1983c) uma tendência a reduzir a geografia à organização industrial. Eu perguntava: como explicar os sucessos contrastados das regiões diante das reestruturações industriais, se não forem levadas em conta a personalidade, a disponibilidade das regiões, herdadas das "camadas" geneologicamente acumuladas? Uma região cuja indústria é considerada decadente pode reverter-se mobilizando seu "recurso humano" (como a Rhur), ou pode evoluir no sentido de ter indústrias desqualificadas (como o Norte, em certos casos), ou ainda tornar-se marginalizada (como a Lorena). Isso vai depender de muitos fatores, mas antes de tudo da formação de um bloco regional renovador (Lipietz, 1985b)...

D. Massey (1985) admite nitidamente essa crítica e chega, depois de um balanço histórico da geografia industrial (muito parecido com o resumo da oscilação "**structure/agency**" da primeira parte deste texto!), a afirmar a importância das realidades espaciais preexistentes no processo das reestruturações inter-regionais. << **The unique is back on the agenda**>>, eis de novo a personalidade regional de Vidal de la Brache!

Tentei mostrar (1985a) que, no caso das relações econômicas internacionais, a autonomia das trajetórias nacionais é ainda maior (do que no caso das relações inter-regionais) quanto à estrutura da totalidade. À estrutura clássica "centro/periferia", como à ortodoxia da Nova Divisão Internacional do Trabalho inspirada na tripartição fordista (Froebel, Heinrichs, Kreyes, 1980), é preciso opor a noção de uma "configuração internacional" (forma muito enfraquecida de "urdidura") na qual aparecem vagas regularidades nas transferências (de populações, de mercadorias, de saberes, de capitais) entre regimes de acumulação nacionais autônomos (fazendo aqui o papel da "trama"). Tentei até estudar quais poderiam ser as formas de regulação dessa dualidade trama/urdidura e de suas crises: acordos comerciais, firmas transnacionais, crédito internacional, etc.

Mas, gostaria de tratar a questão da regulação espacial através de um último exemplo: a transformação dos bairros urbanos. Num primeiro trabalho de inspiração muito estruturalista sobre a renda fundiária (1974b), eu tinha como pressuposto a existência de uma "urdidura": a Divisão Econômico-Social do Espaço (aqui os operários, lá os pequenos burgueses, adiante o terciário superior, e assim por diante). Essa D.E.S.E. é reproduzida e transformada pela prática dos promotores imobiliários. Mas o que devem eles construir em tal lugar? Eu mostrava que o mecanismo dos preços do solo, tal como resultam da

D.E.S.E. **preexistente** (o "tributo fundiário diferencial exógeno"), obrigava o promotor a reproduzir o uso social do bairro ou, no máximo, a difundir por proximidade um uso "superior" nos bairros próximos, porém, anteriormente menos cotados. Mas, o que dizer das grandes operações urbanísticas que mudam repentinamente o uso social de um bairro ou que, no mínimo, se organizam em função de uma programação a longo prazo, que coordena vários atores (privados e públicos)? No caso, as rendas (chamadas "diferenciais intensivos endógenas") devem ser partilhadas entre os agentes, em função do produto de um espaço projetado: os agentes internalizam o resultado de sua cooperação futura e dividem entre si os frutos da transformação obtida. Num artigo ulterior (1975), eu denominava respectivamente "concorrencial" e "monopolista" essas duas formas de reprodução-transformação do espaço, sem dispor ainda do termo "regulação" (31).

Em outras palavras, o binômio "concorrencial/monopolista" remete a duas modalidades de que os agentes da "trama" dispõem para regular suas relações numa urdidura que se deforma no decorrer de sua própria prática. Seja porque a "urdidura" é percebida como "já dada", e então a "carta" de seu espaço de representação (no caso, o preço do terreno) permite a cada um tomar decisões "racionais" que contribuem para reproduzir a estrutura ou para deformá-la marginalmente. Seja porque a "carta" antecipa as macro-transformações da urdidura suscetíveis de serem realizadas por suas próprias ações explicitamente coordenadas, esse espaço projetado coletivo tornando-se a paisagem econômica dos projetos individuais. As metáforas espaço-temporais (e que outra coisa é a da tecedura?) fecham-se assim sobre si mesmas...

À guisa de conclusão

É possível resumir o que foi dito até aqui do seguinte modo: há dois pontos de vista sobre o processo social que decorre com certa regularidade. Primeiro, pode ele ser expresso como reprodução do decurso de uma relação, ou de um complexo de relações sobredeterminadas umas pelas outras. Em seguida, pode ser compreendido como a justaposição e a interação das trajetórias individuais de agentes (ou de grupos) que procuram seu próprio objetivo em função de uma representação das conseqüências dessa interação. Aqui é indiferente que tal representação seja adequada, ou que a coerência de suas ações seja um efeito perverso em relação a seus objetivos conscientes. Também é indiferente que as relações sejam hierárquicas (opondo dominantes e dominados) ou igualitárias.

Enquanto tudo se passa bem (que o fenômeno se reproduz "em regime"), as duas interpretações são duais entre si. Os projetos e os constrangimentos dos agentes são o produto de um **habitus** e de um espaço de representação induzidos pela própria reprodução da estrutura. Mas a estrutura não passa de uma conceitualização da compatibilidade observada das trajetórias individuais. A metáfora da urdidura (a reprodução das relações) e da trama (as trajetórias individuais) que concorrem para dar consistência a um tecido procura fazer perceber esta dualidade.

O caso só se torna interessante porque os agentes "encenados" (mis en

scène) pelas relações têm capacidade, e até tendência, a divergir em suas ações relativamente às exigências da reprodução social. Essas divergências são resolvidas por um modo de regulação, a não ser que se acumulem até uma "grande crise". As pequenas crises ("na" regulação) ajudam a deformar a estrutura até a grande crise.

A existência de divergências e de crises não leva absolutamente a desmerecer, umas em benefício das outras, as estruturas ou as ações. Pelo contrário, ela destaca a autonomia, a irredutibilidade, a "realidade" dos dois aspectos. Não haveria divergência sem estrutura (de fato só haveria um caos). Não haveria estrutura sem ação rotineira ou sem acordo de base (voluntário ou imposto). É preciso ainda levar em conta a autonomia, e até a possível individualização dos agentes. Tanto mais que admitimos que poderiam ser "agentes" indivíduos ou grupos.

A **individualização** de agentes que têm um "papel", no "lugar" definido pela estrutura, mas segundo um "estilo" próprio, provoca um primeiro grupo de problemas. Uma relação pode definir um sistema de lugares individualizados "em si": apaixonados, classes sociais, regiões. Mas a capacidade desses "indivíduos" para agirem "por si mesmos" é problemática. Quando essa individualidade é coletiva, quer se trate de uma classe, de uma grande empresa ou de uma região, aparece evidentemente o problema da agregação, da "consciência coletiva" (que teorias tão diversas quanto a da delegação, do agente mandatário e do bloco hegemônico procuram explicar). Mas, quando "o indivíduo" é um indivíduo humano, a "cisão do sujeito" (**Ichspaltung**), tão cara à psicanálise, traz tantos problemas quanto a agregação à apreensão desse indivíduo como sujeito. Alceste está dividido entre seu eu misantropo e seu eu apaixonado. Em suma, as relações contraditórias opõem, em seus pólos, **nós** de contradições. O regime de acumulação nacional é uma contradição que se reproduz no tempo, mas pode ser considerado, no âmbito da configuração mundial, como uma individualidade em relação contraditória com outras do mesmo gênero. O "estilo" próprio dos agentes é o produto desses nós de relações que os definem, no interior como no exterior de si mesmos.

Com efeito, um indivíduo não é uma classe ou uma nação, mas também não são eles redutíveis a átomos suscetíveis de individualismo racional ("você não sabe o que quer!") É possível invocar a organização hierarquizada do real. Mas, então, surge a questão das "causas internas" e das "causas externas": deve-se achar que um assalariado é uma contradição viva sobredeterminada exteriormente por sua relação a um capital, ou que é um lugar na relação salarial, marcado por um "estilo" herdado de determinações exteriores? Relativismo que só se resolve com referência ao critério de pertinência: retraça-se a história da vida de Ali, filho de marabu, operário da Citroën, ou dá-se atenção à gestão do pessoal?

Esse primeiro grupo de perguntas tinha como finalidade primordial lembrar a importância da noção de "sobredeterminação". Como os "atores" pertencem a múltiplas relações, ou são eles mesmos um agregado de relações, entram na relação que os define sob um certo ângulo, com uma "individualidade" previamente dada, que se **modifica** com a entrada deles (e sua permanência) nessa relação (o apaixonado atrabiliário, a Inglaterra imperial, a classe operária femi-

nina), mas que também confere a forma concreta específica da relação, que pode modificá-la, transformá-la: as profissões liberais, ao entrar no regime assalariado, modificaram-lhe as normas.

Uma vez admitida a individualidade, o que dizer da autonomia dos agentes em relação a seu papel? A resposta fácil, e em geral pertinente, consiste em invocar o que, da individualidade, não é definido pela relação: a participação numa "natureza" diferente, a sobredeterminação por outras relações. Os jovens recusam o taylorismo porque têm outros centros de interesse. Célimène não ouve Alceste porque ela se sente bem no seu salão. A resposta inversa, igualmente pertinente, invoca a própria contradição da relação e a irredutível aspiração dos indivíduos à liberdade: o taylorismo é uma negação da dignidade humana (e talvez da eficiência produtiva), o amor não pode justificar a supressão de uma personalidade (nem sobreviver-lhe). No entanto, os comportamentos adequados às relações em geral prevalecem, senão o mundo seria um caos. E, quando eles prevalecem, a dualidade trama-urdidura identifica as ações e as estruturas, que só se distinguem pelo ponto de vista metodológico: longitudinal (diacrônico) ou transversal (sincrônico).

Chega-se assim a um ponto fundamental: no nível mais profundo, a contradição **não está** entre a estrutura e as ações. Ela está no interior da própria ação, entre seu aspecto rotineiro, coisificado, reprodutivo (e então, por dualidade, logo temos a estrutura) e seu aspecto potencialmente divergente, inovador, autônomo, generativo, revolucionário talvez, ou pelo menos instituinte. É a contradição tal como a viam Lucrécia e Epicuro em sua idéia de um "cliname", Karl Marx nas **Teses sobre Feuerbach**, Karel Kosik na dialética do "sujeito objetivo", Jean-Paul Sartre na **Teoria dos Conjuntos Práticos**, ou Pierre Bourdieu na definição do "estruturalismo construtivista" (32).

Nos últimos anos de vida, não sei mais quando nem onde, Fernand Braudel explicava que o peso das rotinas mais longínquas do passado marcava nosso presente como o aluvião do Amazonas mancha o oceano a centenas de quilômetros de seu estuário. Na história que estabelecem sobre condições existentes, herdadas do passado, os seres humanos talvez só tenham direito a um "cliname", a cinco por cento de liberdade (ou menos!) contra noventa e cinco por cento de necessidade. Mas são esses cinco por cento que suscitam e criam novas formas sociais. Talvez as melhores.

NOTAS

- 1) Refiro-me aqui apenas às teses ontológicas, e não as teses epistemológicas, e atendo-me ao althusserianismo "clássico", o de **Ler o Capital** (Althusser e outro, 1965). Para uma discussão acurada, ver Lipietz e Rouilleault (1972) e Lipietz (1973, 1979a).
- 2) Em seqüência ao seminário mencionado, o livro de Aglietta (1976) concedia o primeiro lugar à relação mercantil, que devia assumir importância crescente em seus trabalhos.
- 3) Dediquei longas páginas de meu livro (1979a) para deixar clara nossa concepção da regulação do funcionalismo e para fundamentar a regulação so-

bre a dialética. Na segunda edição de seu livro (1976), Michéle Aglietta assim como Boyer (1987) confirmam sua adesão a esta crítica ao funcionalismo.

Cabe aqui uma observação: é preciso alertar os alunos contra o funcionalismo, a crença de que o **resultado** de um mecanismo ou de uma instituição é a **causa** de sua existência. Mas, no estágio da pesquisa, quando por exemplo desmonta-se um aparelho desconhecido, é conveniente formular as duas perguntas básicas do funcionalismo: << 1 – Como tudo isto funciona? 2 – E isto aqui serve para quê? >>

4) Ver, por exemplo, o Organum da **Encyclopaedia Universalis**.

5) Ver M. Guillaume (org.) 1987.

6) J. Rancière, em sua contribuição em **L'empire du sociologue**, reduz simplesmente a sociologia de Bourdieu ao que foi sua própria posição em **Ler o Capital**: <<O sentido prático (dos agentes) é sempre a astúcia da razão... O sistema reproduz sua existência porque é desconhecido >>. Ora, o "sentido prático", o "**habitus**", a "estratégia" segundo Bourdieu, que reintroduzem o agente, a ação, a prática, procedem, segundo C. Lévi-Strauss, de uma crítica do estruturalismo <<que se encontra em qualquer lugar e que se inspira de uma espontaneísmo e de um subjetivismo em moda >>. (cf. Bourdieu, 1987: 77-78).

7) Se Luc Boltanski, em **Les cadres**, explora todas as potencialidades gerativas e até transformadoras contidas no conceito de **habitus**, contra uma visão mecanicista da reprodução, nem por isso esquece as relações de exploração (no sentido marxista do termo) subjacente às "lutas de classificação", como uma geologia subjacente a uma geomorfologia. Infelizmente, seus trabalhos mais recentes (Boltanski e Thevenot, 1987), por mais hábeis, sugestivos e "operatórios" que sejam, parecem-se mais voltados para uma abordagem exclusivamente "exterior" (exotérica) das relações sociais, logo, individualista; voltaremos a esse ponto. Essa mesma evolução (conforme à evolução geral) também pode ser notada em Aglietta e Orléan (1982) com quem expus minhas divergências nos textos (1983, b).

9) Em seu trabalho inovador, Boltanski e Thevenot (1987) assumem também a tarefa de superar o dilema "individualismo/coletivismo metodológico" e, mais precisamente, de tratar o <<problema – central nas ciências sociais – da possibilidade de acordo entre os membros de uma sociedade, empenhando-se em levar a sério a questão da legitimidade, sem abandoná-la em proveito de uma explicação pela contingência, pela tapeação ou pela força >> (p. X). Constróem eles assim uma gramática das formas de acordo repertoriadas na teoria política ou nos manuais de bom comportamento. Esses acordos correspondem a "cidades", a "naturezas". Nas primeiras páginas, observa-se com exatidão que a forma cidade não é a única possível (existem "cosmos", "caos", que ignoram a "comum humanidade" de seres iguais em direitos que chegam a um acordo sobre uma ordem social). Mas, no correr das páginas, essas reservas vão sendo esquecidas. A condição do "comércio dos homens" toma definitivamente a forma de acordo inter-individual. Na prática, retorna-se a uma variante de individualismo metodológico que esvazia o sentido de conflito intrínseco às relações sociais, em recuo relativamente à intenção de Bourdieu (1987: 55)

de estudar "as situações reais em que a submissão consensual realiza-se no e pelo conflito".

10) Cabe aqui uma referência à epistemologia. Apesar de suas deferências rituais às críticas de Lenine contra o empirio-criticismo, Althusser não confundia o concreto real e o concreto de pensamento, não pensava que as relações abstratas estivessem presentes no interior da realidade empírica, mergulhadas na ganga das contingências. Porém, o estruturalismo sugere a **existência** de estruturas fundamentais, ocultas, mais **reais** do que o comportamento mistificado dos agentes que elas "colocam em cena". Critiquei (1985a e b, 1987b) os perigos desse "realismo do conceito", inclusive em nossas próprias formulações conceituais, tais como <<fordismo>>, <<fordismo periférico>>.

11) Nosso exemplo teatral introduz complicações, pois o teatro é uma cascata de interpretações. A partir de um esquema narrativo profundo, bastante semelhante desde **O Misanthropo** até **E o Vento Levou**, os autores conferem às personagens (que ocupam os lugares) caracteres bem diversos. Os diretores e os artistas, por sua vez, interpretam esses caracteres com o estilo que lhes é próprio. Pode-se objetar, como os especialistas da narrativa, que as narrações literárias têm estruturas e leis de movimento próprias, diferentes daquelas da realidade social. Temos de admitir que, se a vida não é um romance, o teatro de Molière é a própria vida.

12) Não acontece apenas nas sociedades baseadas na linhagem e segmentárias analisadas pelos africanistas, mas também na nobreza francesa da Idade Média (Duby, 1988) e até entre os camponeses do Béarn. **O Misanthropo** constitui uma considerável revolução cultural no sentido de o relacionamento amoroso aparecer "sociologicamente puro", independente das relações de linhagem que se encontram ainda no centro do teatro clássico e só desaparecerão com Marivaux (ver Lipietz, 1988).

13) <<Bastariam teus olhos para disso te convencer.

Se teus olhos por um momento pudessem me olhar>> (Racine, **Fedra**, II, 5).

14) Sobre a importância da codagem intelectual das relações sociais, o que Bourdieu (197: 93, 164) chama "efeito de teoria", ver Lipietz (1985b).

15) A distinção entre /lugar/, /papel/ e /estilo/ deve muito a longas e frutíferas discussões com Jane Jenson. Chamar-se-á "estilo" a maneira, própria a um ator, de desempenhar seu papel. Esse caráter próprio não é inteiramente determinado pela relação, mas pela experiência e pelas outras "naturezas" das quais participa o ator.

16) <<Por que não ter dito hábito? O hábito é considerado espontaneamente como repetitivo, mecânico, automático, mais reprodutivo que produtivo. Ora, eu queria insistir na idéia de que o **habitus** é algo poderosamente gerador. O **habitus** é um produto dos condicionamentos mas fazendo-a passar por uma transformação; é uma espécie de máquina transformadora que faz com que "reproduzamos" as condições sociais de nossa própria produção, mas de modo relativamente imprevisível, de tal forma que não se pode passar simples e mecanicamente do conhecimento das condições de produção ao conhecimento dos produtos>> (Bourdieu, 1986: 134).

17) K. Marx, **Différence de la philosophie de la nature chez Démo-**

critique et Epicure, tradução, introdução e notas de J. Ponnier, Bordeaux, Duros, 1970, p. 243.

18) Mesmo nas sociedades "frias", as acusações ou a suspeita de "bruxaria" ou de "possessão" por um demônio (que é preciso exorcizar) são manifestações contra a aparição de desvios por vezes microscópicos (ver a minúscula revolta de uma jovem no filme **Remparts d'argile** de Bertucelli e Duvigaud).

19) Robert Linhart, em **L'établi** (1978) tem consciência disso assim que encontra seus companheiros de fábrica fora da linha de montagem. Mas mostra também que não é qualquer um que pode agüentar o trabalho na linha de montagem e que ela não foi feita para qualquer um. Pode-se ir mais além: na economia capitalista em que se dispõe de trabalhadores qualificados e prontos a se "comprometerem", não é "eficiente", do ponto de vista capitalista, abusar demais do taylorismo.

20) A expressão "realizar-se", tirada de uma psicologia que pode ser considerada caduca, é empregada aqui de propósito com referência à "realização", a validação das mercadorias na troca.

21) Motivo pelo qual convém usar com prudência a metáfora do "jogo". Como observa Bourdieu (1987: 82), nem todas as **regularidades** sociais (imanentes) são "regras do jogo" (transcendentes), mesmo se existem "leis" (consuetudinárias ou jurídicas). Para que não haja uma transcendência das regras e, em consequência, para que não se dê aos agentes a possibilidade de modificar progressivamente a regra do jogo durante o próprio jogo, Bowles e Gintis (1986) falam de 'jogo recorrente'. O inconveniente é que se pode então colocar num mesmo plano o que procuramos distinguir como "relação", "regime", "modo de regulação" e "trajetórias", chegando assim a não mais entender como a divergência em relação a um regime pode levar a uma crise, nem por que aparece um problema de regulação. Pode-se imaginar, por exemplo, que Alceste se atire nos braços de Eliante desde a primeira briga, ou que Célimène, aborrecida, "deixe de lado" Alceste: mas não será mais a mesma história, nem o mesmo regime amoroso, talvez nem mais a mesma relação.

22) Segundo seu conceito não-dialético de acordo, Boltanski e Thevenot (1987, cap. 4) não podem explicar o aparecimento de "desavenças" e o "cancelamento" dos acordos a não ser pela possibilidade de os agentes participarem de diversas "naturezas". Neste ponto, eles coincidem com E. Balibar que, em **Ler o Capital**, só conseguia explicar as crises pelo jogo de relações externas umas às outras. O individualismo metodológico "conflitual" de Aglietta e Orléan (1982), pelo contrário, tem o mérito de inscrever a contradição e a necessidade das crises (e da regulação) no âmago de cada relação. Para isso, inspiram-se nas teorias de René Girard sobre "a violência e o sagrado". O problema é que R. Girard costuma generalizar abusivamente suas pesquisas (1961) sobre o tratamento literário da relação amorosa, tal como a descreve Da Ponte (<<Procuvo um bem fora de mim, não sei quem o detém, nem sei o que é>>). Se aplicado à economia, tal princípio pode funcionar quanto à especulação nos títulos financeiros, mas para além disso...

23) A distinção, fundamental embora desconhecida na obra de Marx, entre esotérico e exotérico, é a base de meu livro (1983a).

24) <<O erro intelectualista e teoricista que sempre ameaça a ciência so-

cial, o erro estruturalista, que consiste em afirmar: "Sei melhor que o indígena aquilo que ele é">> (Bourdieu, 1987: 114).

25) A sociologia, como a economia, **deve** expressar esse mundo "exotérico", aquele do vivido dos agentes (é, por exemplo, o objeto do livro III de **O Capital**). É um mundo no qual cada agente percebe os outros agentes, que ocupam outros lugares na mesma relação, em "exterioridade", como elementos de um espaço de representação com os quais ele vai "interagir". Esse mundo tem suas leis manifestas, que é preciso repertoriar, mas sem esquecer seu vínculo de dependência dual com o esotérico. <A sociologia é uma ciência esotérica mas que tem um aspecto exotérico>> (Bourdieu 1987: 68). Por isso, ha um certo prazer, a tentação de flertar (como fiz durante a análise de **O Misanthropo**) com a terminologia de Boltanski e Thevenot. Minha impressão é que a terminologia do exotérico usada por eles não se refere a nenhuma sociologia esotérica.

26) Trata-se, é claro, de um esquema que abstrai os arcos "intercapitalistas" acumulação-investimento, bem como outras relações sociais articuladas à reprodução da relação salarial (por exemplo, o patriarcado no nível M...F).

27) Pode-se demonstrar que sob normas de produção constantes, o dado dos comportamentos e das leis exotéricas (no caso: equalização das taxas de lucro entre ramos, constância da taxa de partilha do valor agregado), o regime de acumulação e o sistema de preços são determinados simultaneamente (Lipietz, 1979b). Esta demonstração combina o teorema de Frobenius com o teorema do ponto fixo de Brouwer: logo, é um simples teorema **de existência**, e não de estabilidade!

28) Na quarta parte desta comunicação, veremos por que propus esse par de termos "concorrencial/monopolista" no intuito de distinguir dois grandes tipos de modos de regulação. Terminologia não muito feliz.

29) Assim, Urry (1985: 27) critica Althusser por ter este ignorado que as estruturas só têm efeito através de sua interdependência e que é "a contingent matter as to the degree to which their respective causal powers (= mais ou menos a causalidade estrutural de Althusser) are expressed within particular events". Ignorância da sobredeterminação tanto mais mordaz que em seu artigo em **Pour Marx** (1985), <<Contradiction et surdétermination>>, o próprio Althusser falava de textos geopolíticos de Mao Tse Tung! De fato, o "realismo teórico" é tão semelhante ao althusserianismo de **Pour Marx**, que fica sujeito às mesmas críticas. Já D. Massey (1985), ao concluir, preocupa-se que a economia (=as estruturas) esteja condenada a ficar com a parte da necessidade, e a geografia (= sobredeterminação com a parte da contingência.) Prosseguindo a crítica deste neo-estruturalismo (mesmo respeitador da sobredeterminação), Saunders e Williams (1986) af detectam um "neo-conservatismo": do althusserianismo ao realismo teórico, só se teriam reintroduzido os agentes (**agency**) na estrutura para submeter seus atos ao determinismo das "forças causais", temperado por uma contingência entregue ao empirismo, esquecendo como de costume a autonomia, os projetos dos agentes...

30) A cena da caça às borboletas preexiste também como enredo antes de qualquer interação (ver P. Faure e G. Brassens). De modo mais geral, a estruturação do espaço, "sempre previamente dada", é um obstáculo intransponível

para o individualismo metodológico (ver Lipietz, 1977, cap. 5).

31) Essas formas de transformação urbana revelaram-se, porém, bem mais complexas e ambíguas do que eu pensava. Ver, por exemplo, Kaszynski (1982), Somekg (1987).

32) Sua definição do estruturalismo construtivista (1987, p. 147 seg.) é permeada por uma antropologia teórica implícita, bastante próxima de todos esses autores, que H. Rouilleault e eu (1972) havíamos procurado outrora poder mobilizar contra Althusser, para pensar a ação transformadora das massa na história, sem perder as conquistas do estruturalismo. O estudo da sociedade como reprodução ou ação rotineira – rotineirizada – surge assim como parcialmente legítima, por exemplo, num quadro acadêmico (um “momento necessário da pesquisa” diz Bourdieu). A outra vertente – subjetiva – da prática requer, ao inverso, da parte do teórico uma participação ou, no mínimo, uma “simpatia” (no sentido etimológico) com as práticas sociais transformadoras (cf. Lipietz, 1973, 1977a: Introdução).

NOTA BIBLIOGRÁFICA

Em atenção ao caráter internacional do “Colloque International sur la théorie de la Regulation”, de Barcelona, forneci sempre que possível as referências das traduções de meus trabalhos. Infelizmente não pude fazer o mesmo para os outros autores.

ABSTRACT

*This article aims at a subjective review of theoretical reflections and pedagogic practices which make use of the notion of “regulation”. After replacing the problem in the french intelectual context of the last twenty years, regulation is first presented in reference to the concepts of contradiction and crisis, based on a literary example (the amorous relationship in **Le Misanthrope**). Finally, the same discussion is proposed through the example of capitalistic accumulation and the social production of space.*

RESUME

Cet article cherche a dresser un bilan subjectif de reflections théoriques et de pratiques pédagogiques qui se servent de la notion de “regulation”. Après avoir replacé cette problématique dans le contexte intellectuel français des vingt dernières années, la régulation est d’abord présentée par rapport aux concepts de contradiction et de crise, a partir d’un exemple littéraire (les relations amoureuses du **Misanthrope**). Ensuite, la même discussion est proposée par l’intermédiaire de l’exemple de l’accumulation capitaliste et de la production sociale des espaces.